



**ATA ORDINÁRIA Nº 2867/2020**

1  
2 Ao primeiro dia do mês de dezembro de dois mil e vinte, às dezoito horas, reuniram-se  
3 para reunião ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental –  
4 CMDUA do Município de Porto Alegre, via ZOOM, denominado PLENÁRIA VIRTUAL DO  
5 CMDUA, em razão do decreto municipal a fim de combater o coronavírus e a propagação  
6 da pandemia entre as pessoas, sob a coordenação de Germano Bremm, Presidente e  
7 Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença  
8 dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: Lisiane Sartori Fioravanço Magni (1ª  
9 Suplente), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Júlia Lopes de Oliveira  
10 Freitas (1ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Artur Ribas  
11 (Titular), **Gabinete do Prefeito – GP**; Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), **Fundação**  
12 **Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN**; Patrícia da Silva  
13 Tschoepke (Titular) e Vaneska Paiva Henrique (2ª Suplente), **Secretaria Municipal do**  
14 **Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS**; Carolina Wallau de Oliveira Kessler (1ª  
15 Suplente), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE**; Gabriela da  
16 Silva Machado (2ª Suplente), **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade**  
17 **Urbana – SMIM**; e Luciane Martins Pinheiro (1ª Suplente), **Secretaria Municipal de**  
18 **Relações Institucionais – SMRI**. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS**: Rômulo  
19 Krafta (Titular), **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**; Darci Barnech  
20 Campani (Titular), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental –**  
21 **ABES/RS**; Claudete Aires Simas (Titular), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos -**  
22 **ACESSO CDH**; Sérgio Saffer (Titular), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de**  
23 **Arquitetura – ÁREA**; Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), **Conselho de Arquitetura**  
24 **do Rio Grande do Sul – CAU/RS**; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), **Instituto de**  
25 **Arquitetos do Brasil – IAB/RS**; Hermes de Assis Puricelli (Titular), **Sindicato dos**  
26 **Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS**; Fernando Martins Pereira (1º  
27 Suplente), **Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS**; e Mark  
28 Ramos Kuschick (Titular), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul -**  
29 **SOCECON/RS**. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL**: Felisberto Seabra Luisi  
30 (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Adroaldo Venturini Barbosa  
31 (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Jackson Roberto Santa  
32 Helena de Castro (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Tânia  
33 Maria dos Santos (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4**; Luiz  
34 Antônio Marques Gomes (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**;  
35 Maristela Maffei (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7**; Dinar Melo  
36 de Souza (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8**; e Emerson  
37 Gonçalves dos Santos, **Temática de Habitação, Organização da Cidade,**  
38 **Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP - HOCDUA**. **SECRETARIA EXECUTIVA**:  
39 Camila Maders Fonseca Coelho, **Secretaria Executiva da SMAMS**; Patrícia C. Ribeiro,  
40 **Taquígrafa/Tachys Graphen**. **PAUTA**: 1. **ABERTURA**; 2. **DISCUSSÃO: Contribuições**  
41 **para instrução normativa do PDDUA**; 3. **REGISTROS E ENCAMINHAMENTOS**. Após  
42 assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às  
43 18h10min. 1. **ABERTURA**. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do  
44 **Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS**: Declaramos oficialmente aberta a  
45 nossa Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental.



46 Desejo uma excelente noite de trabalho, debates, harmonia, trocas, evolução sempre. Hoje  
47 na nossa programação a gente tem a continuidade do nosso cronograma sobre instrução  
48 normativa, a base do processo da revisão do Plano Diretor. Tivemos no domingo o  
49 processo eleitoral, eleito o novo Prefeito de Porto Alegre, vai comandar a cidade nos  
50 próximos 4 anos e liderar o processo de revisão do nosso próximo Plano Diretor. Então,  
51 neste sentido, a gente acha que vem tentando finalizar os processos que iniciamos,  
52 especialmente em relação à instrução normativa. No entanto, nós tínhamos na  
53 programação a deliberação da instrução normativa em princípio, a gente tinha definido até  
54 diferente 15/12, mas refletindo a respeito e até conversando, a gente entende ser mais  
55 adequado que a gente espere para deliberar, ao menos o novo governo se apropriar um  
56 pouco deste processo, entender a dinâmica de como vai funcionar, sugerir algum ponto  
57 que não esteja de acordo. Então, a gente posterga a deliberação da instrução normativa  
58 para o mês de janeiro, aí tem um pouquinho de tempo, tanto nesse mês aí para a gente  
59 poder transmitir esse conhecimento, um tempo de maturação. Se assim entender maduro o  
60 suficiente a gente leva para deliberação, da nossa parte promovemos todos os debates e a  
61 equipe apresenta, enfim, a consolidação de todos vocês. E a gente delibera lá no mês de  
62 janeiro, é um tempo mais adequado para o presente momento. Nesse sentido, a gente tem  
63 só inscrito o Conselheiro Felisberto, antes da gente abrir para a Conselheira Patrícia.  
64 **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:**  
65 Boa tarde a todas e todos. Na sessão passada se votou o parecer da Conselheira  
66 Claudete em relação ao 4.01 da pauta e ele foi redistribuído para a RGP 3, para o Jackão.  
67 E agora nós recebemos que ele se deu por impedido. Eu gostaria de saber a razão, até  
68 porque, nada contra o Jackão, mas ele votou quando se analisou o parecer da Claudete.  
69 Parece contraditório. Então, eu gostaria de saber como fica essa questão, porque vota  
70 contra o parecer da conselheira e depois se dá por impedido para fazer o parecer sobre o  
71 processo. Segundo, o nosso mandato termina dia 31/12 e o senhor falou que vai ser  
72 prorrogado para aprovação, deliberação sobre a instrução em janeiro. Nós não seremos  
73 mais conselheiros, vai haver um decreto para prorrogar mais uma vez o nosso mandato?  
74 Por fim, também temos que definir uma comissão, porque quem deve organizar a eleição  
75 ainda é este governo. Então, temos que ter uma comissão eleitoral e determinar a data da  
76 eleição. Nós temos uma procuradora aqui da PGM que pode nos esclarecer em relação a  
77 isso. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente  
78 e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. O nosso regimento  
79 interno prevê essa possibilidade, muitos conselheiros se declaram impedidos e não há a  
80 obrigatoriedade do conselheiro expor as questões pessoais, não temos como obrigar ele a  
81 transpor, assim como outros conselheiros já se declaram em inúmeros processos e a gente  
82 não exigiu o fato. Então, isso é do conselheiro, porque se tem essa previsão regimental de  
83 não haver a necessidade dele relatar se entender que pode haver algum prejuízo. Depois,  
84 em relação ao mandato sim, Conselheiro Felisberto, vamos ter que prorrogar. Claro, é um  
85 momento de transição, difícil de definir calendários e datas, a gente quer tentar organizar  
86 melhor, mas temos um pouco de dúvidas, como vamos conduzir, a gente tem essas  
87 dúvidas. Certamente, a eleição vai se dar lá por março do ano que vem, vai ter um  
88 tempinho inicial de maturação da nova gestão. Então, essa prorrogação certamente vai  
89 acontecer nos mandatos dos conselheiros, o mínimo até março, onde se dá início a novo  
90 mandato. Em relação à organização, edital, essas questões a gente trabalhou. Na  
91 verdade, repete um pouco dos processos anteriores em relação ao edital. Então, a partir  
92 da publicação do edital que a administração faz, ela coloca as datas, dá o prazo para a



93 inscrição das chapas e indicação de representação na comissão eleitoral. Aí cada chapa  
94 indica um representante para compor a comissão eleitoral, vai fazer o processo. E a gente  
95 do ponto de vista de sistema aqui também já trabalhou bastante com a PROCEMPA, no  
96 sentido de ter um sistema para dar suporte, nesses formatos mais online. Então, a gente  
97 está esperando um pouco o contato, para ver como a gente conduz isso em relação às  
98 datas, momentos, em relação à eleição. Fiquem tranquilos que certamente o prefeito vai  
99 prorrogar o mandato para não ter interrupção até que haja a eleição de um novo conselho.  
100 Eu acho que é isso. Patrícia, vamos lá para contribuir. **Patrícia da Silva Tschoepke**  
101 **(Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Boa  
102 noite. Eu me inscrevi para fazer um pedido que aconteceu no âmbito dos grupos de  
103 trabalho, que é para fazer até o fim do ano apresentação das oficinas. Aí a gente teve uma  
104 ideia, acho que foi última reunião que eu estava do Plano Diretor a gente teve a ideia de  
105 substituir essa reunião temática do dia 17 de dezembro, que seria sobre os gravames,  
106 fazer nessa data apresentação das oficinas, dos resultados das oficinas da equipe de  
107 planejamento, aí eu queria botar em deliberação isso, porque como eu estava na última  
108 reunião, não tem condições de fazer votação; Então, eu queria pedir para fazer a votação  
109 para deliberar sobre esses aspectos. **Germano Bremm, Presidente e Secretário**  
110 **Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Então, penso ser  
111 oportunidade, consulto os senhores conselheiros, estamos no final do mandato, seria  
112 interessante que a equipe pudesse fazer a apresentação dessas oficinas. Consulto os  
113 Senhores Conselheiros se há alguma oposição em a gente substituir. Nós tínhamos  
114 previsto uma reunião temática em 17/12, mas como o nosso calendário está cheio, então,  
115 a Patrícia propõe substituir para ter essa apresentação. **Patrícia da Silva Tschoepke**  
116 **(Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** A  
117 gente tem a previsão de ir nas regiões fazer a apresentação como foi combinado com a  
118 população que foi lá fazer a sua parte. Com a pandemia a gente vai prorrogar para o  
119 momento oportuno, igual a gente faz com o conselheiros. Então, em relação aos  
120 conselheiros a gente quis fazer isso no dia 17. **Germano Bremm, Presidente e**  
121 **Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Perfeito. Se  
122 houver oposição, por favor, manifestem. Em não havendo oposição a gente, então,  
123 substitui a data de 17/12 da temática para a apresentação do resultado das oficinas.  
124 Passo a palavra a Patrícia para conduzir a nossa reunião hoje, no tema da instrução  
125 normativa. **2. DISCUSSÃO: Contribuições para instrução normativa do PDDUA; 3.**  
126 **REGISTROS E ENCAMINHAMENTOS. Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria**  
127 **Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Obrigada por estarem  
128 presentes nesta reunião que vai tratar da instrução normativa. É um momento importante  
129 para a nossa revisão do Plano Diretor. Então, o ideal é que a gente tente na medida do  
130 possível estar de acordo como vai ser esse processo, como que ele vai ser encaminhado.  
131 Então, a ideia é que ele seja construído em conjunto ao longo do tempo, conforme a  
132 instrução normativa, com apoio e trabalho dessa ideia inicial, tendo o projeto desenvolvido  
133 durante dois anos, tendo aquelas etapas que a gente colocou ali, 5 etapas. E estamos  
134 abertos, a ideia é que a gente faça realmente debate sobre o que vocês consideram  
135 importante que conste nesse documento para que seja alinhado e que dê as diretrizes no  
136 decorrer de todo o processo. Uma coisa que está clara é que ele pode ser ajustado no  
137 decorrer do processo. Então, ele não está totalmente engessado, no momento que a gente  
138 entender que tem que sofrer algum ajuste a gente pode encaminhar. E a formação dos  
139 grupos de trabalho, questões que foram discutidas, por exemplo, outros que eu achei



140 importante de ter um grupo junto à Câmara, enfim, a gente teria que discutir sobre isso  
141 para a gente poder agregar e qualificar essa minuta. A participação do Prefeito, enfim, que  
142 foram sugestões que acabaram vindo no decorrer. Acho que a gente tem que colocar aqui  
143 na discussão para gente melhorar o processo. E esse prazo, a prorrogação para janeiro, é  
144 bem oportuno, até acho importante por causa dessas questões que vocês pontuaram, que  
145 eu achei significativas, mas a gente vai ter com esse prazo aditado, a gente vai ter o tempo  
146 de deixar um documento bem maduro, porque eu acho que vai ser um resultado desta  
147 gestão do Conselho. Então, abro a palavra para a gente poder discutir o assunto. Não sei  
148 se vocês leram ou se querem retomar algum ponto. Aí eu fico aberta para receber as  
149 contribuições, tirar dúvidas, para a gente iniciar a discussão. Eu vou compartilhar a tela  
150 naquela mesma metodologia que a gente tem. Então, estou aguardando contribuições  
151 para a gente discutir sobre o processo de revisão do Plano Diretor. Eu tinha recebido  
152 algumas contribuições em relação ao grupo junto à Câmara, o que vocês querem falar  
153 sobre isso? A hora é de vocês contribuírem. Vocês querem que eu apresente alguma  
154 coisa? A Claudete está inscrita. Pode falar, Claudete. **Claudete Aires Simas (Titular),**  
155 **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Boa noite a todos e todas. Eu  
156 costumo fazer um dever de casa. Eu queria tirar algumas dúvidas, Patrícia, assim, já que  
157 nós vamos postergar toda a ação, então, a gente pode postergar o prazo para  
158 contribuições, isso se estende? **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria**  
159 **Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Podemos prorrogar sim,  
160 a gente pode combinar aqui a data. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e**  
161 **Direitos Humanos - ACESSO CDH:** No caso, o prazo era hoje, eu já achava um prazo  
162 ruim, porque hoje nós estamos discutindo e hoje teríamos que fazer contribuições. E da  
163 instrução normativa eu fiquei com uma dúvida, fala no art. 2º sobre as atividades já  
164 desenvolvidas. Então, eu gostaria de saber quais são todas as atividades que já foram  
165 desenvolvidas e que estariam contempladas nessa instrução normativa. E sobre a  
166 composição do conselho consultivo, no art. 6, inciso IV, porque ele não parece que seja  
167 claro quem compõe esse conselho consultivo. Se eu fizer um comparativo ao inciso V,  
168 vemos ali que está bem definido o que são as 8 regiões de planejamento, mas a mesma  
169 definição eu não tenho em relação ao inciso IV. E a terceira dúvida, na verdade, diz  
170 respeito aos critérios, quais são os critérios e quem, não só os critérios, mas quem está  
171 fazendo a sistematização do acolhimento das sugestões. Qual é o critério que se utiliza?  
172 Eu vi que algumas coisas que foram pontuadas ali pelo Atua POA foram contempladas na  
173 instrução normativa, mas a gente desconhece quais são os critérios que estão sendo  
174 utilizados e quem está fazendo essa escolha. Aproveito também para pedir que nos seja  
175 disponibilizada, na verdade, mais uma vez, as contribuições que já foram efetuadas, bem  
176 como o acesso ao expediente, para que a gente possa ter efetivamente o  
177 acompanhamento do todo. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal**  
178 **do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Vou tentar responder, se ficar  
179 faltando alguma coisa me corrija. Primeiro, quanto à prorrogação da data. Então, a gente  
180 vai ter que verificar aqui, a gente tem uma definição, a gente pensou em definir a data da  
181 reunião para a próxima reunião, que seria instrução normativa, definir essa reunião para o  
182 dia 12. Só que a gente teria que ter um tempo para fazer as compilações até receber as  
183 contribuições. Então, a gente teria que receber pelo menos até o dia 04 de janeiro, vai ficar  
184 um pouco apertado, o ideal seriam duas semanas, mas pelo menos até o dia 04 de janeiro  
185 no primeiro momento. O que vocês acham da gente prorrogar as contribuições? Estão de  
186 acordo? Só coloquem pelo chat qualquer. Então, em princípio vamos deixar definida a



187 prorrogação. Está outra questão em relação ao artigo 6º, inciso V, grupo de trabalho  
188 consultivo técnico, a nossa ideia era colocar os conselheiros. A gente fez uma  
189 abrangência, em vez de ser só as entidades a pedido de vocês, representante do  
190 Conselho geral, mas como a gente debateria termos técnicos, a gente colocou a  
191 possibilidade deixar aberto para as universidades se agregarem nos grupos. **Claudete**  
192 **Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:**  
193 Tranquilo. É que ali não está claro quem são esses integrantes. Então, vamos referir que  
194 ali, conforme o artigo... **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do**  
195 **Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** A gente colocou todos os conselheiros,  
196 porque tem conselheiros das regiões que têm interesse em participar dos debates  
197 técnicos. Então, a gente colocou por integrante do CMDUA em geral, todos que tiverem  
198 interesse em participa. Se todos quiserem, todos fazem parte do grupo. Quanto à  
199 sistematização, qual é a nossa ideia? A gente até discutiu isso antes, a gente estava  
200 aguardando receber as contribuições de vocês para fazer essa sistematização. E em  
201 tempo entregar a sistematização para vocês avaliarem. Então, quanto mais cedo, e a  
202 gente não disponibilizou ainda porque a gente queria receber, fechar esse prazo do dia  
203 primeiro, não me lembro se foi dia 15 o final... A gente queria receber essas contribuições  
204 e planilhar. Então, cada contribuição a gente vai fazer uma justificativa direitinho, nesse  
205 primeiro momento, com aquela contribuição que tinha, a gente só fez uma análise e  
206 pontuou o que achamos adequado na instrução normativa. A gente entendeu que  
207 realmente tem que ter um documento em cada ponto que for apontado, vai ter a  
208 justificativa ou vai ter o enquadramento, a gente colocou em um local ou no outro, em  
209 tempo da reunião do dia 12/01 para vocês poderem fazer as suas avaliações. Então,  
210 quanto mais cedo melhor. Então, no que a gente se programou? Seriam para mim uns 15  
211 dias a partir de hoje, a gente poder disponibilizar isso para vocês. E aí se vocês tiverem a  
212 gente já vai... Claro que chegar coisa muito em cima vai ficar meio complicado, mas a  
213 partir de 15 dias a partir de hoje a gente disponibiliza, colocamos no SEI direitinho e aí se  
214 forem mais contribuições mais contribuições a gente vai colocando ao longo do tempo,  
215 vocês vários poder acessar no SEI. Eu acho que respondi tudo, Claudete; **Claudete Aires**  
216 **Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** E as  
217 atividades desenvolvidas? **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal**  
218 **do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** As atividades são aquelas  
219 desenvolvidas pela equipe técnica, tipo as oficinas. Então, as oficinas são consideradas no  
220 processo, na etapa da preparatória, as visitas que nós fizemos a vocês, o que a gente  
221 debateu, o nosso trabalho de levantamento técnico, enfim, toda essa atividade que vocês  
222 têm conhecimento dela, do termo de referência, as reuniões do Ministério Público. Tudo  
223 isso a gente está considerando, as contribuições da sociedade em geral que vem por e-  
224 mail, pelo site de Plano Diretor, a gente está registrando todas elas e vamos deixar  
225 disponíveis no momento oportuno. São essas as atividades. Então, Felisberto. **Felisberto**  
226 **Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** As minhas  
227 indagações eram parecidas com a da Claudete. Essa questão de como é feita essa análise  
228 das contribuições. Vocês recebem e apenas sistematizam, não entra se é viável ou não, é  
229 isso? **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e**  
230 **da Sustentabilidade – SMAMS:** Sim, a gente coloca. **Felisberto Seabra Luisi (Titular),**  
231 **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Vão colocar todas as contribuições  
232 para que nós no conselho... **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal**  
233 **do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Tem algumas que a gente não vai



234 conseguir considerar, porque ou vai ter uma contraditória a outra, ou já foi considerada, ou  
235 já foi apontada em determinado ponto. A gente vai fazer essa análise. **Felisberto Seabra**  
236 **Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** As contraditórias eu  
237 acho que não tem que ser decisão de vocês, tem que trazer para o conselho. Essa é a  
238 minha avaliação. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio**  
239 **Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** A gente entrega para vocês, depois...  
240 **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** As  
241 repetidas tudo bem, mas as contraditórias nós temos que avaliar conjuntamente com os  
242 grupos. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente**  
243 **e da Sustentabilidade – SMAMS:** Na medida do possível a gente está tentando agregar,  
244 acho que todas são pertinentes, se não foi a gente justifica porque não é pertinente. No  
245 final a aprovação é de todos, mas nós vamos tentar compilar para facilitar o trabalho de  
246 todos. Na verdade, nós não recebemos muitas contribuições. Não temos nem o que  
247 colocar agora. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento**  
248 **Um – RGP. 1:** Essa era a outra questão, se teve um volume expressivo de contribuições.  
249 **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da**  
250 **Sustentabilidade – SMAMS:** Não, quase nada. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região**  
251 **de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** E a outra questão, se tu podes apresentar  
252 aquilo que falaste, que iria estimular o debate. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular),**  
253 **Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Podemos  
254 sim. Eu vou dar uma retomada bem rápida nas para vocês se lembrarem. Então, vocês  
255 sabem que a estrutura proposta de revisão do Plano Diretor é e com base para elaboração  
256 e revisão dos planos diretores elaborado pelo Instituto Polis, do Ministério do  
257 Desenvolvimento Regional. Então, ela é composta em princípio de 5 etapas, onde tem:  
258 apresentação, leitura, proposta, sistematização e encerramento com aprovação e  
259 implementação do monitoramento. Nós fizemos um ajuste para adequar com a nossa  
260 realidade, mas com base nessa estrutura, onde nós temos uma etapa preparatória, onde  
261 nós estamos neste momento. Nessa etapa preparatória são todas aquelas atividades que  
262 eu citei para a Claudete, onde a gente já está desenvolvendo, fizemos a questão das  
263 oficinas, as visitas às entidades, coleta de dados, extração de informações, termo de  
264 referência, enfim. A gente até já tinha apresentado no Ministério Público essas ações.  
265 Então, a ideia depois de concluir essa etapa, aquilo que a gente já tinha passado para  
266 vocês, aí sim, por fim, começa o desenvolvimento de todos os estudos, o andamento dos  
267 grupos de trabalho, o nosso dia a dia após a aprovação da instrução normativa como  
268 revisão do Plano Diretor. Então, a ideia que ele se desenvolva durante esses dois anos,  
269 durante 2021/2022, ficando focado o ano de 2021 na parte de diagnósticos, onde é feita a  
270 leitura da cidade, através dos trabalhos técnicos e dos trabalhos de participação, onde a  
271 gente conta com vocês para serem bem atuantes junto com a gente nesse processo.  
272 Posteriormente, a etapa de sistematização e propostas, que a gente propõe para ser no  
273 ano de 2022. E aí, depois da etapa de sistematização e proposta, ainda tem a etapa de  
274 aprovação, que é mais um processo que não é desenvolvido pelos estudos, mas  
275 desenvolvidos por nós, nós Prefeitura e Conselho, para ser encaminhada junto à Câmara  
276 de Vereadores o projeto final que vai ser encaminhado para aprovação. Após aprovação a  
277 gente tem toda a etapa de aprovação e monitoramento, que é a nossa ideia de trabalhar  
278 no sistema de gestão, uma plataforma, enfim, para a gente poder cada vez mais trabalhar  
279 com base na cidade real, a cidade que tem hoje ou acompanhar as transformações,  
280 monitorar as transformações da cidade. E nessa minuta nós propusemos o



281 desenvolvimento de três grupos principais, três grupos de trabalho, onde um desses  
282 grupos seria o grupo técnico-operacional, que seria composto pelas equipes técnicas da  
283 Prefeitura, a partir de suas diversas secretarias. O próprio Conselho como um ente central  
284 dentro desse processo. Os grupos de trabalho, que seria um consultivo que abordaria  
285 temas técnicos, mas conforme o pedido dos próprios conselheiros ele enquadraria todos  
286 os conselheiros que tiverem interesse para discutir os temas técnicos. E um GT consultivo  
287 focado nas regiões de planejamento, focado nos processos de participação com a  
288 sociedade. Então, como eu coloquei aqui, o conselho como um eixo a partir do qual todos  
289 os organismos estão aqui. A gente tem os preparatórios, a descrição de algumas  
290 atividades que a gente já está fazendo, a elaboração da instrução normativa, em seguida,  
291 após a instrução normativa é importante a gente já formar os grupos de trabalho. Foram  
292 feitos trabalhos para fazer aquisição de computadores, enfim, só para a gente poder  
293 trabalhar durante o processo. A estruturação dos dados e informações, a realização de  
294 oficinas, essas preliminares. A realização de capacitação e elaboração dos termos de  
295 referência. Então, na sequência, com o desenvolvimento dos trabalhos em andamento. A  
296 ideia é que todos eles cheguem a esse fluxo, onde os resultados inicialmente sejam  
297 compilados pela coordenação técnica, que é a equipe técnica da SMAMS, mais esse  
298 grupo técnico operacional, que são os componentes dos órgãos da Prefeitura, onde eles  
299 vão fazer com que esse relatório que venha, esses estudos que venham, estarem  
300 adequados ao funcionamento da prefeitura, se ele está de acordo, se ele é factível.  
301 Efetuamos um relatório preliminar e submetemos aos grupos. Por que não direto ao  
302 CMDUA? Porque os grupos têm essa dinâmica que a gente já viu, que a gente pode  
303 trabalhar, a gente pode analisar, organizar a forma de trabalhar de uma maneira mais livre.  
304 E a gente pode deliberar sobre o processo, a ideia é um trabalho sob o processo. Em esse  
305 trabalho consolidado dos grupos de trabalho esteja de acordo, vamos submeter ao  
306 plenário do CMDUA, até para aqueles que não tenham interesse em participar dos grupos  
307 de trabalho, que eles também sejam contemplados nos resultados. E aí a ideia, a nossa  
308 proposta é no final da etapa de leitura da cidade a gente submeter para uma primeira  
309 conferência, onde essa primeira conferência, a partir dos resultados, dos estudos  
310 profundos que vão ser elaborados sobre a cidade, nessa conferência se possa ter ideia  
311 quais os caminhos que devem ser dados. E aí quantas indicações desses caminhos a  
312 serem dados, a gente encaminha para sistematização e propostas, que a ideia é que tenha  
313 andamento no ano de 2022. E aí, em relação aos fluxos, aos resultados desta  
314 sistematização, a ideia que ele siga o mesmo fluxo, para uma consolidação técnica dentro  
315 das equipes técnicas da prefeitura. E aí na sequência ele passar para o GTs, onde eles  
316 vão olhar sob o seu aspecto os resultados, eu acho que nessa etapa vai ser bem  
317 importante a participação do grupo de trabalho do Conselho. E em os grupos técnicos  
318 dando ok, eles submetem ao plenário do CMDUA, até para contemplar aqueles que não  
319 tem disponibilidade de participar dos grupos de trabalho. Com essa consolidação final pelo  
320 CMDUA, a ideia é ter uma segunda conferência, que vai fazer o fechamento dessas  
321 propostas. O fechamento e consolidação, a ideia é que se encaminhe para uma  
322 aprovação, a partir dessas propostas consolidadas aí sim se elabora uma minuta e essa  
323 minuta vai também seguir todo esse fluxo para que esteja afinada com o engajamento de  
324 tudo. Então, a ideia é ser submetida a uma audiência pública ou audiências públicas,  
325 como vocês comentaram, de repente trabalhar em regiões da cidade, isso é uma coisa que  
326 a gente tem que debater nos grupos de trabalho. Após a audiência pública se encaminha  
327 para a Câmara de Vereadores. Após aprovação segue a etapa de implementação e



328 monitoramento, que segue dentro da prefeitura com atualização e acompanhamento da  
329 implementação do Plano Diretor. E também nessa etapa de implementação e  
330 monitoramento, a ideia é ter uma capacitação dos agentes envolvidos, conforme proposto  
331 por vocês também. Importante salientar que dentro da estrutura desse processo a ideia é  
332 ter capacitação de todos nos temas relacionados ao Plano Diretor, até para auxiliar vocês  
333 na tomada de decisão durante o processo. Então, rapidamente pontuei as competências  
334 de cada agente. A coordenação técnica, a ideia é que ela seja o núcleo que vai organizar  
335 tudo, o pessoal que vai trabalhar, organizar, enfim, vai coordenar toda essa função. O GT  
336 técnico operacional são os colegas das outras secretarias que vão estar juntos ajudando  
337 nos encaminhamentos. Depois o GT consultivo técnico vai deliberar sobre questões  
338 técnicas, mas vai participar também de questões de participação técnica, seminários,  
339 ajudar a decidir sobre algum assunto mais profundamente. Vão nos ajudar a engajar junto  
340 com a sociedade relativo a esses temas técnicos. E em relação ao grupo de trabalho das  
341 regiões de planejamento, a ideia é realmente estar junto ali e ajudar a engajar em relação  
342 à participação da sociedade mesmo, identificando quais são os problemas que a  
343 sociedade identifica, possíveis soluções, enfim, realmente estar ali sendo parceiro e nos  
344 ajudando a executar essas ações de participação dentro do processo. E aí o conselho no  
345 fim é aquele que vai fazer o fechamento de todos os resultados. Então, ele vai  
346 acompanhar, de repente vai solicitar um relatório de um grupo de trabalho, enfim, a ideia é  
347 a gente sempre prestar contas de tudo que está acontecendo no decorrer do processo, daí  
348 a gente vai agendar uma reunião mensal, enfim, a gente vai ter que combinar tudo isso  
349 dentro do grupo de trabalho. E a ideia do Conselho também, além dos fechamentos,  
350 acompanhar junto conosco a aprovação da minuta. A ideia é que nós como parceiros, é  
351 um projeto nosso, que nesse projeto a gente seja parceiro para defender na Câmara de  
352 Vereadores. E uma coisa importante que eu já tinha pontuado ali, em relação à questão de  
353 engajamento, que é muito importante para o processo funcionar, que os conselheiros que  
354 tenham interesse em participar do grupo de trabalho, que realmente sejam engajados  
355 conosco para garantir que esses resultados esperados sejam atendidos. E a ideia, além  
356 desses grupos centrais, é realmente formar grupos temáticos específicos. Por exemplo, a  
357 gente tinha discutido alguma questão com o Merino, que tinha comentado que seria  
358 interessante ter grupos temáticas específicos de mobilidade. Então, no decorrer do  
359 processo a gente vai identificando e vai formando os grupos, até para participação de  
360 outros agentes da sociedade, outras pessoas que tiverem interesse, porque esse processo  
361 tem que ser aberto a todos na medida do possível. Então, aqui um comentário sobre a  
362 conferência, que a nossa preocupação é que ela não seria adequada ou pelo menos  
363 dentro desse processo não seria adequada no começo, porque a gente primeiro precisa de  
364 um tempo e engajamento das pessoas para organizar. Eu pesquisei, precisa de pelo  
365 menos oito meses para organizar uma conferência para que ela realmente engaje a  
366 população, que tenha um resultado. Então, ela estando agendada desde o começo e a  
367 gente ter um time que vai nos ajudar a organizar, que a gente vai planejar isso de maneira  
368 bem consistente, é muito importante que seja no fim dessa etapa de leitura da cidade, já  
369 com todos os diagnósticos consolidados. E a segunda que nós estamos propondo, no fim,  
370 então, dessa etapa de sistematização e proposta, que realmente vai dar os subsídios para  
371 elaboração da minuta de aprovação do Plano Diretor. Então, aqui eu coloco a importância  
372 das audiências públicas, previamente a aprovação na Câmara de Vereadores, o  
373 acompanhamento de conselheiros no processo. A ideia é termos consultas e participação  
374 online. Então, conferência e audiências, os dois grandes momentos seriam esses. Aqui eu





375 coloquei rapidamente a estrutura que a gente propôs ali da instrução normativa, que  
376 começa com os objetivos, a estrutura organizacional, coloca essas cinco etapas de  
377 desenvolvimento, o processo de participação e as formas de comunicação para garantir a  
378 plena participação no processo na medida do possível. É isso, gente. A Claudete colocou  
379 (chat): “Poderia colocar porque foi excluído o modelo espacial”. Essa daí eu não sei  
380 responder, é uma incógnita, não sei se a Vaneska saberia responder por que foi excluído,  
381 mas a nossa ideia é retomar. (Chat): “Deveria ser apresentado um relatório das atividades  
382 desenvolvidas”. Ótimo, podemos fazer, bela contribuição. Ali a Renata colocou que já está  
383 sendo montado. É isso aí. Então, vocês têm perguntas? Vamos aos trabalhos. Claudete,  
384 pode falar. O Mark. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos**  
385 **Humanos - ACESSO CDH:** Patrícia, deixa o Mark falar antes, eu falo depois. **Mark Ramos**  
386 **Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:**  
387 Boa tarde a todos. Patrícia, eu estava te escutando sobre esse detalhamento todo e  
388 juntando as atribuições, o volume de papel que nós já recebemos. Eu estava pensando em  
389 conversar agora com nosso plenário que do ponto de vista do método, que talvez fosse  
390 interessante para nós conselheiros e conselheiras fazermos uma revisão sistemática  
391 dessa Lei Complementar nº 646, que estabeleceu o Plano Diretor renovado. E ela por sua  
392 vez era sucessor da Lei Complementar nº 434. Eu fui olhar esses documentos e eles são  
393 documentos que tem muita informação, são documentos que tem uma sequência que  
394 revela um trabalho importante da comunidade política porto-alegrense, que acumulou  
395 nesses dois grandes documentos, houve uma sequência de propostas. Então, eu  
396 consideraria do ponto de vista metodológico que seria muito importante nós termos essa  
397 lei complementar pelo menos como ponto de partida para a formulação de várias  
398 propostas, porque de uma maneira ou de outra ela consolida, complementa um processo  
399 de discussão que houve naquele período ali que antecedeu a definição desta lei. Eu li  
400 também a minuta da instrução normativa, que está espelhada aqui em um documento de  
401 14 páginas, que faz vários considerandos e que seria o objeto dessa nossa reunião de  
402 hoje. Então, aqui já tem uma formulação, eu me lembro que isso aqui foi distribuído para  
403 nós conselheiros, mas eu não sei qual foi a data da ação, mas é um é um documento que  
404 tem uma estrutura bastante detalhada, que eu também acho que isso poderia ser do ponto  
405 de vista do método utilizado como eixo para que a gente fosse examinando dentro do  
406 Conselho artigo por artigo e essa sequência, para verificar se nós estamos atendendo  
407 todos os requisitos necessários e se falta alguma coisa. As exposições que vocês têm feito  
408 parecem que supõem a existência dessa documentação, mas isso muitas vezes não é nem  
409 referido, nem citado. Por isso eu me inscrevi nesse momento para fazer uma abordagem e  
410 não ficarmos apenas e tão somente ouvindo o Felisberto, que, aliás, é importante e tem  
411 nos ajudado muito nos debates que a gente tem feito, mas eu acho que essa referência de  
412 termos essa lei complementar como ponto de partida, pela importância que esses artigos  
413 têm. Inclusive, eu fiz uma conversa com os colegas diretores da nossa entidade e a gente  
414 viu um pequeno texto ali dirigido para aquele e-mail do nosso Conselho, que eu acabei  
415 enviando isso hoje, onde nós consideramos que essa Lei Complementar nº 646 é muito  
416 importante como elemento esclarecedor sobre a estruturação legal do PDDUA. Então,  
417 nesse momento era essa a contribuição, se é que isso pode ser chamado de contribuição,  
418 que eu queria dar. Muito obrigado. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria**  
419 **Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Achei ótima a  
420 contribuição. Eu coloquei ali no início dos trabalhos, após a gente consolidar essa  
421 estrutura, que é preparatória para a gente começar a trabalhar o que vai ser desenvolvido



422 dentro do Conselho. Além disso, está previsto aqui começar a revisar o texto da lei  
423 especificamente. Perfeito, acho que até a gente pode complementar nas atribuições ali do  
424 próprio Conselho essa competência, ou como um plano de trabalho dentro do Conselho,  
425 podendo deliberar aqui a ação do plenário, que vai ser fazer a revisão dessa lei. Não vejo  
426 problema nenhum. Está bem tranquila a tua contribuição. A Claudete tinha perguntado  
427 alguma coisa sobre o modelo espacial. Eu não sei se a Vaneska tem, eu não tenho  
428 informações sobre o porquê do um modelo espacial não estar na 646. Ah, foi retirado da  
429 IN. É que ela falava de uma coisa mais abrangente, Claudete, que era todo o projeto do  
430 PENUD. Então, ela ficou restrita à revisão do Plano Diretor. O modelo espacial está dentro  
431 da revisão do Plano Diretor. Então, é tranquilo, está contemplado o modelo espacial do  
432 Plano Diretor dentro, a ideia, a revisão do Plano Diretor também é espacial, toda essa  
433 discussão inclui na revisão no modelo espacial também. Tudo isso está dentro do projeto.  
434 vamos ao Sérgio. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios  
435 de Arquitetura - AREA:** Não é referente ao texto, Patrícia, mas eu estava olhando no  
436 Google Drive o que vocês compartilharam, só para ver se tinha mais algum material. A  
437 instrução normativa que tem ali não é a nossa minuta que está ali, é um negócio do solo  
438 criado, que foi postado sem querer errado. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular),  
439 Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Vou olhar.  
440 Era isso? Hermes. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no  
441 Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Boa noite a todos. Uma questão que eu queria  
442 levantar, que já é recorrente, essa ideia do Plano Diretor de Porto Alegre fazer uma  
443 reavaliação no início, quando surgiu a ideia era fazer uma reavaliação a partir de um  
444 diagnóstico, de uma avaliação nesse período de tempo do desempenho do Plano Diretor.  
445 Eu lembro que já se falou isso, mas, na verdade, eu vejo que agora nos debates políticos  
446 que teve aqui das eleições, os candidatos falavam do Plano Diretor, uns diziam coisas  
447 pertinentes, outros diziam bobagem, segundo a minha ótica. Assim, como se o Plano  
448 Diretor fosse o grande responsável pela falta de desenvolvimento. A minha pergunta, eu  
449 não vi em que momento, eu acho que a Patrícia disse que estavam fazendo, existe um  
450 diagnóstico, um documento que tenha apontadas as questões críticas do Plano Diretor  
451 atual? Eu acho que qualquer trabalho de reavaliação tem que ter uma avaliação, um  
452 diagnóstico de o que hoje o Plano Diretor está em desenvolvimento, ou está superado, ou  
453 é burocrático. Existe esse documento? Eu não vi em nenhuma etapa essa questão.  
454 Obrigado. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio  
455 Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** A questão assim, a gente tem uma avaliação  
456 preliminar, que, inclusive, a Vaneska já apresentou em uma das reuniões relativo aos  
457 termos de referência. E essa avaliação preliminar é uma premissa que nós tomamos em  
458 um ponto inicial para iniciar os trabalhos. Vamos dizer, essa avaliação mais profunda, a  
459 ideia que a gente tem é esse resultado dos diagnósticos, das consultorias, enfim, de tudo  
460 que foi desenvolvido durante o processo. Então, este resultado do que vai ser, acho que  
461 nós tomamos uma decisão conservadora no sentido de que se a gente for mudar alguma  
462 coisa, a gente precisa ter elementos para fazer isso. Inclusive, o que o próprio Mark estava  
463 comentando, o que a gente revisou da 646, da nossa experiência que temos, o que foi  
464 identificado é que a gente não tem elementos nesse momento para simplesmente – ah, eu  
465 vou mudar e vou fazer outra coisa. A gente no primeiro momento que a nossa ideia é  
466 manter a estrutura que nós temos, considerando que tem muitas coisas que não se  
467 provaram, a gente identificou que as estratégias não conseguiram um detalhamento, não  
468 conseguiram efetivamente se implementar. Ah, quais foram as razões disso? Isso aí a



469 gente vai precisar desse estudo, a gente precisa desses estudos iniciais para a gente ter  
470 certeza, nesse momento nós não temos, nós temos essa ideia inicial, essa convicção de  
471 que nós não queremos mudar radicalmente o que temos. Nós temos um plano consistente,  
472 estruturado, onde contempla todas as questões da cidade, estava alinhado com as  
473 agendas internacionais. E todas aquelas questões que a Vaneska apresentou muito bem  
474 naquela reunião que ela apresentou e me deixou até emocionada com o engajamento, com  
475 a profundidade que o pessoal teve nesse trabalho. **Vaneska Paiva Henrique (1ª**  
476 **Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:**  
477 Eu queria destacar que dentro das etapas das entrevistas, a gente tem o entendimento  
478 (Inaudível/interferência no áudio), que a leitura da cidade é uma leitura técnica,  
479 comunitária. Também essa questão da legislação vigente. Está relacionado ao termo de  
480 referência, que contempla como primeira fase, para que a gente possa ter um  
481 detalhamento da parte de dados. **Rômulo Krafta (Titular), Universidade Federal do Rio**  
482 **Grande do Sul – UFRGS:** Boa noite. Eu só queria complementar ao Mark, na composição  
483 que ele fez a pouco, considero a coisa mais importante que apareceu hoje. Eu vejo assim,  
484 o Conselho tem aparentemente dois papéis igualmente importantes nessa questão do  
485 Plano Diretor, que uma é atuar como um facilitador, como um articulador, permitindo que  
486 diversos segmentos da população, seja de alguma forma representada, ouvida, que essas  
487 questões do dia apareçam, que são todas coisas relativas, são coisas mais de processo. E  
488 a outra contradição que eu acho que o Conselho tem é substantivo, no sentido de construir  
489 alguma coisa, construir uma contribuição dele propriamente dito, não apenas essa questão  
490 da facilitação. A gente vê naquele diagrama naquele primeiro slide da apresentação da  
491 Patrícia, nós temos ali a leitura técnica, a leitura comunitária, as proposições, parecendo  
492 que essas questões são automáticas, que bastaria a gente reunir as pessoas e essas  
493 coisas apareciam ao natural, o que não é verdade. Quer dizer, o Mark colocou muito bem,  
494 cada linha desses documentos legais, dessa lei complementar, exigiram um trabalho de  
495 muita gente. Tem um conteúdo embutido ali muito importante e muito denso, que nem  
496 sempre a gente consegue capturar em uma simples leitura. Então, o Conselho do Plano, já  
497 que ele tem esse privilégio de ter pessoas que representam segmentos, que representam  
498 áreas da cidade, setores, representantes de categorias profissionais de diversas áreas do  
499 governo. Quer dizer, é um grupo eclético, que teria condições de construir alguma coisa  
500 que seja um pouco mais do que só o meio campo, de só ficar aqui tentando articular e  
501 garantindo a voz de outros. Eu acho que o Conselho seria uma contribuição muito  
502 relevante se fosse levado adiante, algum tipo de trabalho desse tipo. Então, queria  
503 sublinhar o que o meu colega da Sociedade de Economia falou a pouco e me colocar à  
504 disposição para poder ajudar no que for possível. Obrigado. **Patrícia da Silva Tschoepke**  
505 **(Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Eu  
506 tentei colocar aqui, foi uma frase que tu colocaste, acho que resume bem, que o CMDUA  
507 tem como um dos papéis construir suas próprias contribuições. Atenderia bem essa tua  
508 justificativa, a consolidação das suas próprias contribuições. **Felisberto Seabra Luisi**  
509 **(Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Voltando, quando eu ouvi a  
510 fala do Mark e um pouco a fala do Professor Rômulo, eu vou ao encontro das duas  
511 argumentações. Eu estava pensando, nós temos uma cidade real, como replanejar esta  
512 cidade ou melhorar a cidade existente? Nós temos estratégias no plano, que são as 7  
513 estratégias. Então, é importante que esses conteúdos e essas estratégias sejam de  
514 domínio da maior parte da população. Também a questão de mobilidade urbana, cada  
515 região tem a sua dinâmica de mobilidade urbana e que deve ser trabalhada. O uso do solo



516 privado, nós temos que discutir também o uso do solo público, como usar? Tem que estar  
517 na pauta. Eu estou trabalhando nas estratégias. A outra questão é a qualificação  
518 ambiental, nós temos a ameaça de uma mina em Guaíba, em Eldorado, qual o impacto que  
519 vai ter na região e em Porto Alegre? E as podas de árvores? Estão matando as árvores  
520 sob uma ótica sem discussão com a sociedade. E discutir o saneamento básico, a  
521 drenagem da cidade. É isso. A produção da cidade é o grande foco, que cidade nós  
522 queremos? Queremos cidade de arranha-céus, de shopping, de grandes  
523 empreendimentos? Ou queremos qualificar a cidade existente? Nós temos que pôr na  
524 pauta da discussão e ouvir a cidadania. A questão da promoção econômica, acho que foi o  
525 Riba sou o Patrick que tocou nesse assunto, nós estamos sofrendo um grande impacto na  
526 questão econômica, como a gente vai trabalhar isso? Temos a questão da saúde, como  
527 será a distribuição da vacina? Isso vai ser a pauta no ano que vem. Não tem como, como  
528 vai atender a estrutura? A estrutura pública está preparada para isso, para a recuperação  
529 econômica? Qual vai ser a participação da cidadania? Eu acho que isso envolve também a  
530 questão do planejamento urbano. Por fim, o sistema de planejamento, aí entra o papel do  
531 CMDUA e dos outros conselhos, a relação do CMDUA com o OP, com as regiões do OP,  
532 que são 17 e não tem nenhuma relação, nunca foi feita uma relação. Então, é importante  
533 que a gente tenha esse contato, porque muitos conselheiros do CMDUA são oriundos do  
534 OP. Por fim, que as audiências públicas sejam regionais. Como a gente vai fazer em época  
535 de pandemia? Vamos ter que achar um meio. Era isso. Obrigado. **Patrícia da Silva**  
536 **Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade –**  
537 **SMAMS:** Obrigada, Felisberto. As tuas contribuições não só são para esta questão da  
538 instrução normativa, mas também a questão dos TRs, dos estudos, enfim. Foram  
539 pontuadas as questões das estratégias mesmo. Então, está anotado e vamos considerar  
540 na medida do possível. Emerson. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática**  
541 **de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-**  
542 **HOCDUA:** Boa noite a todos. Eu acho que um ponto que eu sempre questionei é a  
543 questão da discussão do plano regulador, que é a Lei Complementar nº 464 hoje. Na lei  
544 complementar dá o regramento do plano, vai dizer o que poder ser adotado e o que não  
545 pode. Porto Alegre tem uma série de legislações que complementam o Plano Diretor,  
546 inclusive, nas aprovações de projetos dos empreendimentos. Nós temos grandes  
547 dificuldades, Porto Alegre ficou uma cidade com diretrizes viárias bem estruturadas  
548 rarefeitas. Então, a gente sempre comentou, principalmente eu enquanto representante do  
549 OP, que é uma cidade mais intensiva, intensiva de buscar a melhor qualidade de vida, a  
550 melhor estrutura, a maior organização da cidade. Nós não poderemos mais a criar ilhas,  
551 como a gente vê muitas vezes aí, lugares distantes da cidade, criando ilhas onde não tem  
552 infraestrutura, não tem transporte, não tem nada para atender aquela comunidade que vai  
553 residir naquele espaço. Então, o plano regulador é muito importante. Eu vejo também que  
554 a falta um pouquinho das entidades trabalharem um pouquinho do plano regulador, que  
555 são profissionais que trabalham dentro da área, poderiam contribuir no seu dia a dia,  
556 porque todos têm difícil, independente de ser um plano quase que completo, mas as  
557 dificuldades que são encontradas nas legislações, através do entendimento do próprio  
558 plano, através de entendimento do próprio técnico, através do comprometimento do próprio  
559 técnico, muitas vezes o técnico não quer assumir um compromisso, principalmente trata-se  
560 de questões ambientais. Então, as dificuldades são tremendas nesse processo de  
561 entendimento da prática com a legislação e com o Plano Diretor. Então, o plano regulador  
562 é muito importante para essa discussão. Eu sei que está sendo apresentado agora um



563 diagnóstico de diretrizes que a cidade quer, diretriz de bairro, de regiões mas o plano  
564 regulador eu acho que é o principal ponto e é o interessante para a própria Câmara de  
565 Vereadores. A Câmara até vai adotar as diretrizes, mas ela quer discutir o plano regulador,  
566 aí vai ter os interesses de vários grupos da cidade e os vereadores também vão trabalhar,  
567 mas o plano regulador no meu entendimento é o mais importante para se abrir uma  
568 discussão e para saber realmente o que Porto Alegre precisa mudar dentro desse plano  
569 regulador, apesar de ser bastante completo, mas tem algumas falhas que têm que ser  
570 corrigidas. Obrigado. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretária Municipal do**  
571 **Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** (Inaudível/interferência no áudio).  
572 **Renata, Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Não  
573 deu para escutar, o som está meio metálico, mas eu posso complementar. Ela quis dizer  
574 que as estratégias. Essas diretrizes guiam as decisões do plano regulador. Hoje o plano  
575 regulador está um pouco arbitrário no sentido de alturas, afastamentos, mas o que a gente  
576 quer é relacionar essas diretrizes essas estratégias que vêm das estratégias para que elas  
577 se reflitam no plano regulador e vice-versa. Então, essa é uma das ideias que a gente tem  
578 de poder concretizar as estratégias através do plano regulador. Ele não ser um  
579 instrumento a parte, ele esteja relacionado com as diretrizes e estratégias do plano.  
580 **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da**  
581 **Sustentabilidade – SMAMS:** Ótimas contribuições, Renata. Era isso? Então, vamos ao  
582 Professor Rômulo. **Rômulo Krafta (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul**  
583 **– UFRGS:** Eu tinha esquecido de uma coisa, mas ouvindo o Felisberto e o Emerson, a  
584 parte eu queria dizer ele já disse, que é o seguinte, a lei do Plano Diretor é uma  
585 representação da cidade. Então, ali dentro daqueles artigos, daqueles mapas, aquelas  
586 tabelas, ali está a realidade de Porto Alegre representada de uma forma e não apenas a  
587 realidade da cidade existente, mas como uma série de aspirações, uma série de apostas  
588 para o futuro. Só que essas coisas são extremamente abstratas. Então, se você for  
589 contrapor a um texto da lei com, por exemplo, as leituras que nós temos, as leituras que o  
590 Felisberto faz da cidade, que são descrições da realidade em estado bruto. Quer dizer, ali  
591 tem todas as coisas, todas as coisas estão ditas como ele vê, estão misturadas de alguma  
592 maneira. E o Plano Diretor tenta de alguma forma levar essas coisas como para lá, mas ao  
593 fazer isso tem que ser feita de uma forma muitas vezes muito obscura e muitas vezes  
594 redutiva, as coisas ficam pelo caminho. Então, é bem provavelmente que poucas coisas da  
595 reivindicação das pessoas, enquanto o “conserto” da realidade imediata, vão acabar não  
596 cabendo, elas entram no Plano Diretor de maneira muito enfiada, muito agregada.  
597 Então, eu acho que essa nossa atividade aqui proposta pelo Mark vai ser muito importante  
598 para que essas coisas comecem a ficar mais claras. Assim, realmente, do que nós  
599 reivindicando, qualquer pessoa tem lá na sua listinha, todo mundo tem monte de coisas,  
600 inclusive coisas boas a serem preservadas, mas a maioria das coisas, as deficiências, os  
601 problemas para serem resolvidos. Como que a gente faz, quais dessas coisas encontram  
602 um caminho, esse filtro lá para cima, até chegar naquele texto da lei e coisas que ficam no  
603 meio do caminho, quase que nem entram? Então, eu acho que isso é um aprendizado  
604 importante para todo mundo, para mim, inclusive. Todas as pessoas do Conselho  
605 aprenderiam com isso que talvez tivessem uma visão melhor, até para mudar o plano se  
606 for o caso, tornar mais permeável as coisas, a dar respostas para as coisas que não dá  
607 hoje. Obrigado, era isso. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretária Municipal do**  
608 **Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Ótimas contribuições. Tu fizeste  
609 referência ao que já estava citado ali, eu coloquei. Acho que tu mesmo já tinhas colocado:



610 “Construir suas próprias contribuições”. E relacionar também essa questão que o Mark  
611 tinha colocado, incluir nas competências, a revisão do próprio texto da lei pelo plenário do  
612 Conselho. O Rafael. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do**  
613 **Brasil – IAB/RS:** Primeiro, seria importante como, a gente já teve uma rodada em relação  
614 à IN, seria bom sempre a gente nos novos debate trazer antes, não só o que já estava  
615 proposto pela equipe, mas o que passou por outras rodadas de contribuições. Por  
616 exemplo, não vou me lembrar de todos, mas uma que eu propus, já tinha proposto em um  
617 GT, que essa gestão dos GTs que são consultivos e que estão separados justamente por  
618 um técnico comunitário, que é essa organização que nós temos da representação da  
619 sociedade civil dentro do CMDUA, que essa gestão, que a coordenação desses grupos se  
620 deem compartilhados entre equipes e alguns dos representantes escolhidos entre as  
621 entidades e as regiões. Ou seja, para que a gente tenha o órgão deliberativo, que é o  
622 CMDUA, trabalhando em conjunto com os grupos consultivos, mas mantendo seu papel de  
623 que são entidades eleitas para o CMDUA, que vão estar no mesmo patamar de discussão  
624 que entidades consultivas de fora do CMDUA, que tem caráter consultivo. Então, seria  
625 bom para ter essa transição uma relação mais próxima do CMDUA, mesmo que não venha  
626 só pela equipe distrital. E aí acho que talvez possa contribuir nesse relacionamento. Sobre  
627 o que foi colocado aqui, uma questão importante, a gente fala muito quando vai tratar de  
628 processos de participação, que queremos ouvir o que a cidade quer, o que as pessoas  
629 querem da cidade, mas é importante como metodologia também saber o que as pessoas  
630 não querem para sua cidade ou para o seu espaço específico da cidade, para o seu bairro.  
631 Como que a gente vai saber entre todos aqueles quereres quais aqueles que estão em  
632 conflito? Olha, eles querem aquilo, mas eu não quero aquilo. Quer dizer, o “não” às vezes  
633 diz muito, a gente meio e vilaniza o “não” e ele tem um papel muito importante para  
634 conhecermos a cidade que queremos e a cidade que não queremos. E para que se possa  
635 conhecer e reconhecer conflitos existentes na cidade. O que eu quero é diferente do que  
636 outra pessoa quer e digo que não quero aquilo. Sobre plano regulador versus estratégias,  
637 parece que é justamente, por exemplo, na Câmara de Vereadores... E estou falando no  
638 geral, quando vai olhar onde que acontecem certas estripulias, porque chega um Plano  
639 Diretor elaborado pelo executivo na Câmara, e como o Emerson falou, na Câmara não  
640 estão muito interessados em estratégias, porque tem representações muitas vezes de  
641 setores que não querem saber das estratégias, querem saber do plano regulador e não  
642 olham para as estratégias, não mexem nas estratégias, mas mexem no regulador. E aí o  
643 plano regulador deixa de ser uma ordenação daquilo que está proposta nas estratégias.  
644 Então, essa relação quando se pensar como levaremos o debate para a Câmara, em  
645 relação às estratégias e o próprio plano regulador, também é importante evidenciar que a  
646 estratégia diz isso. Então, qualquer alteração disso no plano regulador pode significar uma  
647 mudança radical muitas vezes na estratégia. Isso representou basicamente, ainda que  
648 tenha algumas coisas do plano de 99 que aconteceram assim na Câmara, mas a revisão  
649 de 2010 apresentou uma ruptura fundamental na Câmara Municipal entre o plano  
650 regulador e as estratégias. E aí eles passaram a não conversar mais. Agora, o que para a  
651 maioria das pessoas é mais fácil de compreender? As estratégias do que o plano  
652 regulador, que são peças técnicas, etc. Então, nós precisamos saber tratar das estratégias  
653 e defender essas estratégias, não essas que estão postas aqui, mas as estratégias que vai  
654 sair desse processo participativo e também manter que o plano regulador seja reflexo  
655 dessas estratégias e não seja desvirtuado para outra coisa, porque esta cidade espalhada  
656 que nós temos não está escrita nas estratégias e também não esteve nas propostas dos



657 executivos que foram para a Câmara Municipal em outros momentos. Foram deturpadas,  
658 foi deturpado na Câmara, não só quando foi mandado o projeto, mas por projetos de lei  
659 complementar, como um que tramita agora na CCJ, da Ponta do Arado, que é muito  
660 engraçado. Foi aprovado um PL que era zona rural, no outro dia ia ser analisado outro  
661 projeto que aquela zona que era rururbana rarefeita tinha sido transformada em rural e ia  
662 ser transformada em intensiva. Que cidade que se ordena assim? Que cidade que  
663 respeita suas estratégias de desenvolvimento se o seu Plano Diretor é fragmentado dessa  
664 forma? É isso. Obrigado. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretária Municipal do**  
665 **Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Muito bom, anotei todas elas, porque  
666 são importantes, não só para este resultado, mas acho que está agregando, discutindo já o  
667 Plano Diretor. Está bem interessante a discussão. Rafael, uma questão que tu comentaste  
668 aqui, tu já tinhas pontuado, da questão de cogestão dos grupos de trabalho. Eu não sei se  
669 essa frase atende o que tu estavas pensando ou se teria que fazer uma retificação. **Rafael**  
670 **Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** As  
671 entidades e regiões do CMDUA. Como estamos falando de entidades. **Vaneska Paiva**  
672 **Henrique (1ª Suplente), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade**  
673 **– SMAMS:** Eu quero fazer uma contribuição e saber como que os conselheiros veem esse  
674 desafio, porque a partir da fala do Conselheiro Rafael, que coloca questões bem  
675 importantes, como a gente tem que orientar o nosso debate, o que a gente tem que  
676 provocar na discussão da revisão do plano, é uma questão do vínculo entre a dimensão  
677 estratégias do plano e a dimensão reguladora do plano. E esse vínculo tanto para que  
678 possa se manter e que as alterações dos parâmetros não entrem em conflito com o que  
679 está previsto na visão da cidade e nas estratégias que eventualmente é identificado  
680 nesses exemplos também que foram citados, mas também no debate, porque às vezes a  
681 gente isola esses componentes no debate e também prejudica a discussão, porque muitas  
682 vezes se torna difícil fazer a relação entre aquela estratégia que foi pactuada ou aquela  
683 visão também da Cidade que não se deseja e o que está sendo previsto ali nesses  
684 números para a ocupação do território, que são certa forma abstratos e causam certa  
685 dificuldade para a discussão. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretária**  
686 **Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Ótimo, é teoria e prática,  
687 como é que acontece, na realidade. Tentar fazer essa relação para as pessoas  
688 entenderem. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil**  
689 **– IAB/RS:** É muito mais compreensível ao leigo – eu quero uma cidade nesse sentido.  
690 Então, uma diretriz é muito mais apreensível ao leigo. Aí o papel como técnico é  
691 justamente elaborar um plano regulador ou as estratégias, as ações, condizentes com  
692 aqueles princípios e diretrizes que o leigo reconhece e diz – São com essa que nós  
693 concordamos. **Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretária Municipal do Meio**  
694 **Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Que foi o que nós colocamos, é a técnica a  
695 serviço, essa é técnica. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos**  
696 **do Brasil – IAB/RS:** Que não pode ser ao contrário. Quer dizer, induzir tecnicamente algo.  
697 Só que nós estamos fazendo ao contrário do que a diretriz propõe, isso acontece muitas  
698 vezes o âmbito político, infelizmente, em geral nas Câmaras de Vereadores, onde  
699 deveriam estar muito melhor assessorados. Pelo menos nas bancadas dos partidos  
700 deveriam ter isso, esta gestão sobretudo, que provavelmente vai receber esse projeto de  
701 lei para tratar. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretária Municipal do Meio**  
702 **Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Eu estou adorando, é isso aí. **Luiz Antônio**  
703 **Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Tudo



704 bem? Boa noite. Essa discussão estame lembrando a lembrar que quando nós começamos  
705 aquele processo das oficinas nas regiões eu me perguntava e questionava lá nas oficinas,  
706 aquele apanhado que nós estávamos fazendo, para entendera identidade da comunidade,  
707 o potencial da comunidade e tudo mais, como que dali nós chegaríamos no controle? É um  
708 plano regulador, como nós chegaríamos lá no momento em que proporíamos uma  
709 legislação de controle à expansão ou de incentivo à expansão e tal. Então, isso passa de  
710 maneira geral por uma definição que cidade que se busca, se a gente quer fazer uma  
711 interpretação de uma cidade que vai ter um aproveitamento maior da sua infraestrutura e  
712 permitir uma ocupação intensiva maior em alguns lugares ou se nós vamos ter medidas,  
713 por exemplo, a minha região aqui, sul/centro-sul, tem muito lugar que é uma necessidade  
714 muito grande de estabelecer e fortalecer mecanismos de controle dessa expansão pelas  
715 características da paisagem, da relação com o rio e tal. E aí chega esse momento que a  
716 discussão vai levar para isso e nós vamos estar discutindo, por exemplo, porque aqui na  
717 Vila Assunção, aqui na Vila Conceição onde eu moro, porque a cota do terreno aqui ideal  
718 é 150 m<sup>2</sup>? Ali na Assunção é 300. Então, será que aqui na Conceição não seria muito  
719 melhor para refletir o que essa população aqui espera da preservação da paisagem, da  
720 contemplação da paisagem, que tivesse um limitador como uma cota de 300 m<sup>2</sup> e não  
721 150? Então, tu ficas trabalhando. Outra coisa que eu coloco para os colegas às vezes  
722 quando fazem uma crítica: Pô, que absurdo que fizeram aquele edifício enorme que está  
723 sendo construído na ponta do Estaleiro! E aí eu faço um questionamento: teve  
724 excepcionalidade ali de alguma coisa, de altura, de ocupação, de atividade e tal? Não  
725 teve. Aquele edifício ali reflete um estágio atual da legislação urbana em Porto Alegre, a  
726 mesma coisa para a questão das torres que vão sair ali no Cristal. Houve alguma  
727 excepcionalidade? Votaram alguma coisa diferente? Não, a legislação de Porto Alegre  
728 absorve aquele tipo de coisa. Então, eu vê que a discussão é muito complexa e deve ser  
729 o nosso desafio de entender a cidade que a gente quer de maneira muito concreta para  
730 chegar e propor uma altura de edificação, uma série de elementos que vai configurar a  
731 cidade. Discussão muito boa, muito importante. Só uma pequena contribuição para a gente  
732 aprofundar essa conversa, que está muito boa, está indo para um caminho muito  
733 interessante e muito objetivo. Por enquanto é isso, obrigado. **Patrícia da Silva Tschoepke**  
734 **(Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:**  
735 Muito obrigada, Gomes. Deixa eu ver se eu entendi, eu escrevi um pouquinho diferente,  
736 mas quero ver se contempla o que tu estavas colocando: “A leitura da cidade passa por  
737 definir que cidade se busca, dependendo das características de território, devem aumentar  
738 os mecanismos de controle. Deixar critérios claros, entender a cidade de forma concreta  
739 para saber o que propor”. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de**  
740 **Planejamento Seis – RGP. 6:** Patrícia, o comentário foi mais no sentido geral, não como  
741 proposta, do desafio que nós temos, que a partir daquilo que nós começamos para  
742 entender a nossa região, aquelas oficinas regionais, chegar lá no final com a proposta  
743 concreta e objetiva, a última e final, direta e objetiva, por exemplo, de elementos de  
744 controle, que é o que vai definir o que a gente chama de plano regulador, os instrumentos  
745 de controle para chegar naquilo que se quer de cidade. Então, é uma discussão geral, não  
746 é uma proposta, estou fazendo um comentário geral. **Patrícia da Silva Tschoepke**  
747 **(Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Eu  
748 estou anotando todos os pensamentos aqui, eles não vão servir para a instrução  
749 normativa, mas elas são importantes dentro do processo para considerar também. É  
750 importante isso, porque a relação entre os critérios adotados e os seus objetivos, na





751 verdade, tem a ver com o que o Rafael falou, da estratégia. Ah, por que a cota é 150?  
752 Tudo tem uma razão de ser. Sabendo a razão de ser fica mais fácil aceitar determinados  
753 critérios. Já são 20 horas, em princípio a gente encerra as inscrições. Pode falar, Sérgio.  
754 **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura -**  
755 **AREA:** Na linha que o Rafael falou e tu disseste que tudo tem uma razão, sempre tem uma  
756 razão por trás do que está se propondo. Então, não sei se tem como a gente pensar em  
757 uma instrução ou onde isso que o Rafael falou. Todo esse trabalho que vai virar anos e vai  
758 passar de repente, não sei, menos de um mês lá na Câmara, que pode virar um  
759 Frankenstein, de criar uma forma, um comitê durante a época lá que está tendo a última  
760 etapa, que é a votação, vocês que conhecem tudo isso de cabeça, de qualquer jeito e vão  
761 ver as razões porque as coisas foram feitas, se tem como glosar ou não algumas  
762 propostas. Eu não sei se isso é muita ingenuidade minha. Eu acho que teria que criar  
763 alguma forma, tem que passar em algum lugar com a assessoria de todos vocês  
764 participando e ver se isso é ou não possível de propor. Senão vocês têm a razão porque  
765 de 300 ou 150 e o cara: “Não, eu não quero, eu quero 500”; e não tem porcaria nenhuma,  
766 vinculação com nada, razão com nada fazer nada, não tem nada com a estratégia, como o  
767 Rafael falou. Então, eu não sei se isso tem como se preocupar de no futuro organizar bem  
768 isso para quando chegar lá. E uma contribuição, até para o Felisberto, eu vejo que a  
769 cidade mudou muito, antes era muito o Centro da Cidade, eu vejo que na zona sul houve  
770 uma mudança bastante grande, de ter certas infraestruturas hoje tem gente, também zona  
771 norte, colégios que antigamente não existiam, hospitais, tem pessoas que vivem lá e não  
772 precisam ir para o Centro. Eu acho que tem mudado mais nessa centralidade por regiões e  
773 está acontecendo um pouco mais essa autonomia. Eu vejo essa mudança muito grande na  
774 zona sul. Era isso. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretária Municipal do Meio**  
775 **Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Essa tua pergunta outros conselheiros já  
776 pontuaram nas questões, inclusive até naquele documento que a gente viu do Atua POA e  
777 teve alguma contribuição que a gente já agregou na proposta da minuta de ter um  
778 acompanhamento, não só da equipe técnica, mas do próprio conselho junto. Então, a  
779 gente como autores desenvolvendo esse trabalho teria o papel nessa instrução normativa,  
780 o papel de fazer o acompanhamento na Câmara de Vereadores. Nós como grupo  
781 composto pela prefeitura, entidades e regiões. Então, já está previsto. É isso, é uma  
782 preocupação de todos, foi pontuado até no Ministério Público a manutenção da integridade  
783 do projeto que vai ter caminhado. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de**  
784 **Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** O que o Emerson colocou por escrito ali (chat), era o que  
785 eu ia comentar também, o que o Sérgio traz é importante, mas glosar é um pouco de mais.  
786 Só para pegar a palavra que tu usaste para dizer que existe um limite. Ou seja, que é esse  
787 da autonomia entre os poderes, embora a gente já tenha visto projetos de lei que foram  
788 aprovados na Câmara alterando zoneamentos, atividades, etc. e serem derrubados. Isso é  
789 mais fraco o que já derrubou projetos de lei é a questão da participação, etc. e tal, mas  
790 existe sim, a falta de argumentação técnica pode vir a ser um questionamento que  
791 juridicamente a Câmara tem que estar atenta. Eu pedi a palavra só para a gente não cair  
792 na simplificação do Plano Diretor, que não é só estratégias e diretrizes em relação ao uso  
793 e ocupação do solo. Claro, acaba sendo o grande debate, porque é o que gera  
794 espacialidade e é o que gera disputa pela questão da cidade como fonte, como lugar de  
795 geração de trabalho renda. Quando o Gomes colocou a questão do Estaleiro ou quando o  
796 Felisberto traz a questão do Jockey, por exemplo, vamos pegar as cocheiras, eu poderia  
797 citar também o bairro da Rossi, Central Park. No meu ponto de vista esses



798 empreendimentos não poderíamos prever, não pelo tamanho da torre, nada disso, é pela  
799 sua implantação. Vou pegar um aspecto, a cidade que vai favorecer o pedestre. Alguém  
800 me prove por A mais B que as torres que vão ser construídos agora lá do lado das  
801 coqueiras, assim como o Central Park, principalmente esses dois, que eles favorecem a  
802 cidade do pedestre, que esses moradores de lá para ir comprar um pãozinho vão ter que  
803 pegar um carrinho, vão ter que ter um carro ou vai ter um transporte público que também  
804 circula ali para atender quem? E não dá para dizer que o plano regulador não permite que  
805 se faça outra coisa, a gente que é arquiteto, que trabalha e usa o Plano Diretor sabe muito  
806 bem que dá para fazer outra coisa. Poderia muito bem ter toda uma franja de comércio, por  
807 exemplo, em torno dessas quadras ali em vez de ter só grade, mas é uma decisão que  
808 prefere vender apartamento do que vender comércio. Então, eu fico me perguntando até  
809 que ponto o Plano Diretor não está sendo permissivo demais quando diz que a diretriz é  
810 essa. Aí diz para o técnico que tem que aprovar, porque é genérico. Agora, aqui no  
811 CMDUA a gente teria sim poder dizer que esse projeto não atende a diretriz de uma cidade  
812 que a prioridade é o pedestre. Agora, talvez a gente tenha que se perguntar se essa  
813 liberdade que foi dada através de uma flexibilização e se testou durante 20 anos, se ela  
814 está sendo bem utilizada. Encerrei. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretária**  
815 **Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** A Tânia para finalizar.  
816 **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP.**  
817 **4:** Eu gostaria de falar sobre a garantia da preservação do nosso patrimônio histórico da  
818 cidade. Eu acho que a cidade está abandonada, como vários colegas falaram, o Centro da  
819 cidade é vergonhoso. O patrimônio, tipo o Viaduto Otávio Rocha, que é um referencial da  
820 cidade dentro do urbanismo e da nossa cidade, do ponto histórico da cidade, ele está  
821 simplesmente sucateado. Outro que eu também gostaria de ressaltar é a Confeitaria  
822 Rocco, que teve seus áureos tempos, um prédio lindíssimo, de uma arquitetura  
823 maravilhosa que está lá abandonado, que foi totalmente descaracterizado, que foi  
824 alugado, foi invadido. Entendeu? Então, é um descaso com esse nosso patrimônio  
825 histórico dentro da cidade. Tem ruas lindíssimas, com casas antigas, que estão totalmente  
826 a ponto de cair para serem obviamente vendidas para um grande empreendimento  
827 imobiliário. Eu gostaria de te falar sobre a preservação do patrimônio público, que é da  
828 população da cidade, isso aí também tem um descaso muito grande e é uma confusão, as  
829 pessoas não conseguem entender se foi vendido, foi trocado. Não, tem coisas que são  
830 nossas, da comunidade, das pessoas da cidade e que deveriam ser preservados. Eu acho  
831 que deveria ter alguma normativa dentro do plano para que fizesse com que essa  
832 preservação fosse feita, que não ficasse à mercê, que não venham mudar de uma hora  
833 para a outra. Também a preservação da área rural da cidade, como foi falado que a cidade  
834 não tem mais para onde ir. Então, a área rural é bem visada para grandes  
835 empreendimentos e a gente tinha que ter uma delimitação. O plano deveria preservar essa  
836 área, que é maravilhosa. E sobre o desenvolvimento da cidade que queremos, que é a  
837 inclusão, a acessibilidade, as calçadas estão quebradas, não temos acesso aos  
838 cadeirantes, muito menos para idosos. Inclusive, tem sinalizas que são tão rápidas que  
839 nem eu mesma que tenho agilidade consegue atravessar, imagine uma pessoa idosa ou  
840 cadeirante. Então, temos que pensar na inclusão dessas pessoas através da mobilidade  
841 urbana. Era isso. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretária Municipal do Meio**  
842 **Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Então, encerrando com a Tânia, agradeço  
843 muito à participação de vocês, foi um excelente debate. Então, a ideia é estender as  
844 contribuições até dia 04 de janeiro para que a gente tenha tempo de fazer essa



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE  
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

845 compilação. Então, era interesse, fechamos. Agradeço a presença de vocês. Boa noite.  
846 **(Encerram-se os trabalhos da plenária às 20h15min).**

847

848

849

850

851

852

853

---

854 **Germano Bremm**

---

**Secretária Executiva**

855 **Presidente**

**Relatora**

856

857 **Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2021, ... retificações:**